



ENSINO, RELIGIÃO: MEDIADORES DOS PROBLEMAS SOCIAIS DE CRIANÇAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS - MESQUITA, RIO DE JANEIRO

*Washington Luiz Aquino Ferreira**

Essa pesquisa se dedica a analisar como o ensino religioso pode minimizar a problematização social que impõe condições severas a crianças e adolescentes dificultando o seu crescimento igualitário e intelectual. Sendo o assunto complexo, a temática do ensino religioso nas escolas públicas foca em detalhes relevantes a cidadania, a liberdade de crença, culto e a liberdade de consciência. A educação escolar, nesse contexto, incumbirá a formação para o exercício reflexivo, a capacidade de busca de elementos e contribuições para uma decisão corroborada. Do ponto de vista do estado e dos direitos a exercer os deveres competentes da sociedade, deve ser entendido como tema de libertação do indivíduo, junto ao livre-arbítrio de consciência e opinião.

A Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro confirma elucidando que “a educação religiosa é um grande fator de libertação e de humanização dos educandos, pois contribui essencialmente para a compreensão do mundo e da vida à luz da fé”¹.

A contribuição da religião e da educação como mediadores para a redução da vulnerabilidade social de crianças e adolescentes tem se tornado um constante desafio em escolas públicas brasileiras?

A escola pública, pela sua própria aptidão, constitui-se como espaço de direito de escolarização de crianças e adolescentes em circunstância de desagrado social. Na própria instituição podem surgir táticas de busca de direitos ou de análise das presumíveis causas do risco de supressão social e de fortalecimento frente aos riscos de vulnerabilidade. Keil (2011) mostra que uma das oportunidades de planejamento é o confrontar da conjuntura histórica o desenvolvimento local. Confirma ainda que esse desenvolvimento tem como centro os indivíduos e o ambiente. Assim, a escola deveria ser um local em que as classes menos favorecidas poderiam perceber-se e fortalecer-se como sujeito de direitos e implementar a ampliação dessa concepção no seu dia-a-dia.

A religião não se liquida com a abstinência dos atos sacramentais e a ausência dos lugares sagrados [...]. É fácil identificar, isolar e estudar a religião como um comportamento exótico de grupos sociais restritos e distantes, mas é necessário reconhecê-la como presença invisível, sutil, disfarçada, que constitui um dos fios com que se tece o acontecer do nosso cotidiano.²

* Programa de pós-graduação em ciências das religiões, mestrado profissional da Faculdade Unida, wferreirarj@hotmail.com.

¹ SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (s/d) – Não há Educação sem Deus - Rio de Janeiro, RJ, p. 15.

² ALVES, R. *O que é religião*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 14.

Keil³ afirma que os “princípios como solidariedade, cooperação, hospitalidade incondicional, autonomia, entre outros, são os fios e a agulha que o tecem”

Em resultado, a escola tem, ou deveria ter como seu principal alvo essa faixa etária de crianças e jovens em suas necessidades específicas e em suas possíveis vulnerabilidades. Políticas públicas têm surgido em favor de crianças e adolescentes com o intuito de protegê-las de vulnerabilidades.

É importante compreender a necessidade de uma visão mais ampla no ensino religioso aos discentes em favor da construção de análise crítica voltada para uma sociedade mais igualitária, justa e diferenciada, buscando sempre, valorizar a identidade cultural das crianças envolvidas, proporcionar aos alunos a possibilidade de adquirir conhecimentos sobre a diversidade religiosa, examinar os aspectos sociais relevantes das escolas e mostrar a importância do ensino religioso na formação social-educativa da criança e adolescentes.

A sociedade brasileira está envolta num colapso de identidade moral, social, educativa numa escala enorme. O desenvolvimento do país tem sido afetado em função de uma crise sem precedente educativa-religiosa⁴, visto que a criança e o adolescente são também o futuro da nação, devem ser bem cuidados, pois conforme cita Gomes da Costa⁵: “o maior patrimônio de uma nação é o seu povo, e o maior patrimônio de um povo são suas crianças e jovens”.

Os grandes agentes - sendo a família, a sociedade e o Estado - apropriados de ajustarem a construção de um desenvolvimento resistente e de garantirem os direitos basais à criança e ao adolescente, muitas vezes não atuam de maneira ativa e acabam quebrando os valores mais efetivos nessa busca por um desenrolar de aprendizagem seguro.

O ensino religioso nas escolas públicas é uma das ferramentas que possibilitará um ganho essencial para atenuar um desenvolvimento social sustentável em relação à perspectiva de novas formas de lidar com os problemas.

[...] uma necessidade intrínseca deve ser despertada e incorporada a uma tarefa necessária e relevante para a vida. Só então poderemos estar certos de que ela se desenvolverá não como hábito de mãos e dedos, mas como uma forma nova e complexa de linguagem.⁶

Os altos níveis de marginalidade, corrupção e desigualdade social vem promovendo entre as crianças e adolescente uma verdadeira confusão de princípios e identidade tornando adultos frágeis, descontrolados, sem raízes cognitivas, sem comprometimento com a ética.⁷ A escola é um estabelecimento social que tem, entre outras características, a promoção da formação e conhecimento dos discentes. O ensino religioso faz parte deste processo, principalmente se compreendermos a educação inserida numa cultura e a religião como um dos elementos da cultura.

Os autores afirmam que ensino religioso influencia de forma positiva o comportamento das crianças e dos adolescentes nos aspectos moral, físico, espiritual e educacional⁸.

³ KEIL, Ivete Manetzeder. Direitos humanos e desenvolvimento local. In.: VIOLA, Solon Eduardo Annes, ALBUQUERQUE, Marina Z. *Fundamentos para Educação em Direitos Humanos*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2011, p. 23.

⁴ Pinheiro reforça que, essa situação de desequilíbrios denuncia profunda crise universal de valores, no modo de pensar, nos sentimentos, no estilo de vida adotado, nas relações familiares, nas instituições e, notadamente, nas condutas que têm relação com as normas sociais. PINHEIRO, L. *Valores de vida através da educação: Uma perspectiva de desenvolvimento humano*, 2009. O autor expõe que a crise faz com que se aprenda novas formas de saber e soluções até então não pensada. ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 22.

⁵ COSTA, Antônio Carlos Gomes da et. al. Brasil. *Criança. Urgente: A Lei nº 8.069/90*. São Paulo: Columbus, 1990, p. 19.

⁶ VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. SP: Martins Fontes, 1999, p. 156.

⁷ Autores de psicologia infantil e da adolescência, entre os quais podemos aludir Giussani (1995), Hurlock (1979) e Erickson (1971) afirmam que a religião deve ser levada em conta no seu desenvolvimento.

⁸ Panzini e Bandeira defendem que o estudo científico dos aspectos espirituais e religiosos em relação à saúde física e mental, bem como a qualidade de vida e variáveis psicossociais de interesse, devem ser incorporados ao currículo dos cursos das Ciências Humanas e da Saúde. Para os autores, as práticas religiosas incentivam hábitos de vida saudáveis,

O homem é um ser social e, portanto, possui sua individualidade e diversidade, pois ao conviver socialmente adquire novas características, novos hábitos, atitudes, valores culturais. E, para sentir-se bem, precisa estar bem consigo mesmo e com os diferentes grupos sociais que conviva. Com isto, o homem vai adquirindo habilidades diversas, completando-se e completando a sociedade. Os estudos culturais entende a palavra “cultura” no sentido plural, como “culturas” e afirma que:

Corresponde aos diversos modos de vida, valores e significados compartilhados por diferentes grupos (nações, classes sociais, grupos étnicos, culturas regionais, geracionais, de gênero etc.) e períodos históricos. Trata-se de uma visão antropológica de cultura, em que se enfatizam os significados que os grupos compartilham, ou seja, os conteúdos culturais. Cultura identifica-se, assim, com a *forma geral devida* de um dado grupo social, com as representações da realidade e as visões de mundo adotadas por esse grupo.⁹

A pesquisa conceitua a pluralidade religiosa existente em nossa sociedade, como o ensino religioso nas escolas não é definido, segundo a lei federal, 9394 LDB, se é ou não cristão, e por isso mesmo precisamos abranger o maior número possível de expressões religiosas em nossa sociedade, para garantir o direito de livre expressão de culto, sob o risco de ignorarmos tais manifestações culturais e tornar-nos este dispositivo de lei como proselitismo e intolerância religiosa, o que contraria o espírito da própria lei. Reduzir o ensino religioso às próprias convicções religiosas, à historicidade cultural ou familiar é crime de discriminação religiosa e formação dos indivíduos que precisam das orientações competentes a organização do pensamento crítico.

A forma que manifestamos sobre a categoria religiosa não é confessional nem pertence a esta ou aquela teologia, sua raiz epistemológica é a Ciência da Religião, que permite uma abordagem diacrônica e sincrônica do fenômeno religioso, na perspectiva do conhecimento das práticas do respeito, do diálogo e do ecumenismo entre as religiões.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. *O que é religião*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da et. al. Brasil. *Criança. Urgente: A Lei nº 8.069/90*. São Paulo: Columbus, 1990.

KEIL, Ivete Manetzeder. *Direitos humanos e desenvolvimento local*. In.: VIOLA, Solon Eduardo Annes, ALBUQUERQUE, Marina Z. Fundamentos para Educação em Direitos Humanos. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2011.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículo, Conhecimento e Cultura in MEC – Indagações sobre Currículo. Brasília, Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica: 2007.

suporte social e menores taxas de estresse e depressão. Panzini, R. G. & Bandeira, D. R., (2007) Coping (enfrentamento) religioso/espiritual. Revista de Psiquiatria Clínica, p. 126-135.

Para Panzini, Rocha, Bandeira e Fleck, há indícios de consistentes associações entre qualidade de vida e espiritualidade. Panzini, R. G., Rocha, N. S., Bandeira, D. R. & Fleck, M. P. A. (2007) Qualidade de vida e espiritualidade. Revista de Psiquiatria Clínica, p. 105-115.

Guimarães e Avezum, também afirmam que “há tendências à correlação entre religiosidade/espiritualidade e a saúde física, mas por ainda não ser adequadamente robusto em suas provas e correlações este constitui, sem dúvida, em amplo e promissor capo de investigação” Guimarães, H. P. & Avezum, A. (2007). O impacto da espiritualidade na saúde física. Revista de Psiquiatria Clínica, p. 93.

Moreira-Almeida, Lotufo Nete e Koenig verificaram que quanto maior o nível de envolvimento religioso, maior é a associação a indicadores de bem-estar tais como: satisfação com a vida, felicidade, afetos positivos e moral mais elevados. Moreira-Almeida, A., Lotufo Neto, F., & Koenig, H. G. (2006). Religiosidade e saúde mental: uma revisão. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, pp. 242-250.

⁹ MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. *Currículo, Conhecimento e Cultura in MEC – Indagações sobre Currículo*. Brasília, Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica: 2007. p. 27.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (s/d) – Não há Educação sem Deus - Rio de Janeiro, RJ.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. SP: Martins Fontes, 1999.